

## XLVI

### MONUMENTO COMEMORATIVO DA ABERTURA DOS PORTOS

Em 1807, achando-se a França em guerra com a Inglaterra, Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses, decretou o bloqueio continental, intimando tôdas as nações européias a fechar os seus portos ao comércio inglês. Portugal, governado então por D. João, príncipe regente, conservando as suas relações de amizade com a Inglaterra, não quis atender à intimação de Bonaparte. Este, declarando que os portugueses "iam pagar com lágrimas de sangue o ultraje feito à França", mandou invadir o território português, o que foi realizado pelas forças comandadas pelo general Junot. D. João, sem meios para enfrentar os invasores, resolveu refugiar-se no Brasil, para onde embarcou, em 27 de novembro de 1807, com tôda a família imperial e acompanhado de numeroso séquito. Quatorze naus de guerra e muitos navios mercantes surtos no Tejo transportaram para o Brasil, então, milhares de emigrantes (cêrca de 13.000). Durante a travessia, o mau tempo reinante separou as naus, de modo que o príncipe regente arribou à Bahia, onde chegou a 22 de janeiro de 1808, cêrca de meio-dia. A cidade do Salvador acolheu a família real com as mais vivas demonstrações de regozijo e proporcionou tôdas as comodidades à comitiva do príncipe. Poucos dias depois, a conselho do brasileiro José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cairu, D. João assinava o decreto de 28 de janeiro de 1808, que declarava livres ao comércio das nações amigas todos os portos do Brasil. No mês seguinte, partiu para o Rio de Janeiro, onde desembarcou no dia 7 de março, no meio de aclamações entusiásticas.

\* \* \*

Assim estava redigida a Carta Régia, expedida pelo Príncipe, sobre a abertura dos portos, ato da maior significação na história do Brasil:

"Conde da Ponte do meu Conselho, governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo, eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como aquêle que amo.

Atendendo à representação que fizestes subir à minha real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania com grave prejuízo dos meus vassallos e da minha real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa, e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar, interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: — 1.º — Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha real coroa ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber:

Vinte de direitos grossos e quatro de donativos já estabelecidos, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos porque até o presente se regula cada uma das ditas Alfândegas, ficando os vinhos, aguardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dôbro dos direitos já estabelecidos nas mesmas Capitánias, ficando, entretanto, como em suspenso e sem vigor tôdas as leis, cartas régias ou outras ordens, que até aqui proibam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os seus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero.

Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808 — Príncipe Regente".

\*\*\*

Atribui-se geralmente a José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, a iniciativa da carta-régia de franquia dos portos do Brasil às nações amigas. Diz-se que Cairu, ao beijar a mão do príncipe regente, produziu tão inflamado discurso sobre as vantagens que dessa deliberação adviriam à metrópole, que o monarca não hesitou um instante em mandar expedir o documento acima reproduzido.

Há, entretanto, opositores.

Escreveu, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo: "Dizem que o sábio baiano José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu, fôra o aconselhador desta transcendente providência regeneradora. Sobram informações para se admitir que o conselho fôsse dado por varão já prestigioso por sua reconhecida e admirada sabedoria; mas, idéias anteriores, inspiradas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em Lisboa, como a vinda do príncipe D. Pedro para o Brasil, no caráter de Condestável e outras tendentes à elevação política do Brasil, no empenho do preparado asilo para a família real portuguesa, podem fazer supor



que o príncipe regente D. João já trazia o ânimo preparado para a adoção de medida tão grandiosa..."

Mais positiva é a opinião de Tavares Bastos:

"Foi a Inglaterra que obteve a abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo, em 1808, o maior fato da nossa história colonial".

Com respeito ainda à própria carta régia de 28 de janeiro de 1808, assim se externou, em um dos muitos trabalhos de sua autoria, o próprio José da Silva Lisboa, escrevendo:

"Parece que a divina benemerência havia conservado esta glória a um soberano, que fôsse real adorador de Deus, em espírito e verdade, não se opondo às suas leis e obras. O sr. D. João resolveu fazer tanto bem, sem esperar pelos conselheiros que se tinham desviado em rumo, pela dispersão da tempestade na costa de Portugal. E, pois, inteiramente obra sua a carta régia foral nova do Brasil, muito superior à magna carta do rei João de Inglaterra, a que os ingleses tanto deveriam a felicidade nacional ainda que extorquida, pela arrogância dos barões". (Memórias dos benefícios políticos do rei D. João VI).

Afirma, entretanto, Oliveira Lima o seguinte:

"Foi o futuro visconde de Cairu quem, de fato, na passagem do príncipe regente pela Bahia, obteve, por intermédio de D. Fernando José de Portugal, a decretação de tão revolucionária medida".

Sem embargo de opiniões divergentes e da autoridade indiscutível dos que as subscrevem, é de justiça e parece corresponder à verdade histórica, aceitar a segurança da colaboração do visconde de Cairu na assinatura da carta régia, atribuindo-se à sua influência a decisão do príncipe regente, decretando a abertura dos portos do Brasil ao mundo civilizado.

\* \* \*

Em 1908, a 28 de janeiro, data comemorativa do centenário da abertura dos portos, várias solenidades tiveram lugar nesta capital, destacando-se a que foi promovida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, e para a qual foi expedida uma circular do seguinte teor:

"A 28 de janeiro do corrente, vai completar-se o centenário do decreto com que o esclarecido príncipe regente D. João, assim que aportava às plagas brasileiras, houve por bem abrir os portos deste país, então colônia portuguesa, ao comércio das nações amigas. Tendo sido este o marco inicial da prosperidade e do desenvolvimento do Brasil, que hoje, decorrido um século, figura com brilho no mapa das nações e caminha a passos acelerados para a conquista de um importante papel econômico no mundo, é de rigorosa justiça que não passe a gloriosa data de 28 de janeiro sem as demonstrações de regozijo e aplauso que lhe são devidas."

A iniciativa da Associação Comercial teve o acolhimento que era de esperar, realizando-se sessões solenes em vários estabelecimentos.

O Governo, pelo Ministério da Viação, fez uma emissão de selos comemorativos e, mais tarde, foram colocadas na balaustrada da praia do Russell, onde ainda se encontram, duas estátuas que evocam o grande acontecimento.

\* \* \*

Distantes uma da outra cerca de vinte metros, defrontando-se, encontram-se as duas estátuas em bronze, que a Municipalidade mandou erigir, evocativas da abertura dos portos, colocando-as no alto de cada uma das escadas que dão acesso à rua do Russell, onde se acha atualmente o Hotel Glória. A primeira, na direção do Flamengo, apresenta uma figura de mulher, sentada sobre um bloco de bronze, segurando com a mão esquerda o símbolo do comércio e tendo a direita apoiada num escudo onde, em alto relevo, se desenha uma fôlha de louro. Simboliza o "Comércio". A figura, em bronze, mede 3 metros de altura e assenta sobre um pedestal de granito, de quatro faces, numa das quais está gravado o seguinte: "28 de janeiro de 1808 — Abertura dos Portos". A altura do monumento é de 7 metros, começando pelo pedestal de granito, que assenta na base da parede também de granito, sobre a qual se estende a balaustrada.

A segunda estátua, do lado do jardim do Russell, defrontando a primeira, apresenta também uma figura de mulher, em bronze, sentada sobre um bloco, segurando com a mão direita uma alavanca, e tendo a esquerda apoiada em uma âncora, tudo em bronze. Simboliza a "Navegação". A figura em bronze mede também 3 metros de altura e assenta sobre um pedestal de granito de quatro faces, numa das quais está gravado o seguinte: "28 de janeiro de 1808 — Abertura dos Portos". A altura do monumento é também de 7 metros.